

Uma nova metrópole

Cristina Alves, para *Conjuntura Econômica*, do Rio de Janeiro

Após quatro décadas de fusão entre o antigo estado da Guanabara e o do Rio de Janeiro, surge uma nova visão de metrópole. Como será o futuro para 12 milhões de pessoas que vivem nos 21 municípios da Região Metropolitana do Rio? A responsabilidade de apresentar um plano estratégico para a metrópole é do consórcio formado pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner – ex-prefeito de Curitiba que revolucionou a capital paranaense na década de 70 com rua exclusiva para pedestres no centro da cidade e um sistema de transportes rápido e integrado, o embrião do BRT, que hoje está espalhado por muitas dezenas de metrópoles mundo afora – e pela Quanta Consultoria. Eles venceram uma licitação internacional e o trabalho que estão desenvolvendo tem o financiamento do Banco Mundial.

A confecção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) reúne especialistas brasileiros de vários setores e de instituições reconhecidas, como a Coppe/UFRJ e a Firjan, além do consultor internacional Willy Muller, diretor do Barcelona Urban Sciences Lab, com experiência em projetos de transformação urbana em Lima (Peru) e Moscou (Rússia).

De março a julho, o plano já recebeu mais de 800 sugestões por meio de oficinas e encontros temáticos realizados em vários municípios e com diversos interlocutores, como universidades, como UFRJ, Uerj, PUC-Rio, FGV; Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), Sebrae e Associação Comercial do Rio de Janeiro. “Essa é uma dimensão da metodologia de prever a participação da sociedade sobre os rumos da metrópole”, explica o diretor-executivo da Câmara Metropolitana, Vicente Loureiro. Criada em 2014, a Câmara é encarregada de desenvolver o processo de governança da nova metrópole.

Entre as sugestões apresentadas estão a necessidade de articulação entre diversos modais de transporte e o acesso a água e esgotamento sanitário para a totalidade da população metropolitana até 2040, além da melhoria da gestão pública. Os grupos também defenderam a importância da preservação ambiental da Baía de Guanabara e um melhor aproveitamento do seu potencial econômico.

Até meados de 2017, o plano deve estar pronto, com sugestões de leis para a sua aplicação e até propostas para financiamento dos projetos. A matriz de responsabilidades será gradativamente implantada até 2040. Portanto, os prefeitos que sairão vitoriosos das urnas este ano terão a missão de ajudar a construir essa metrópole do futuro.

Em julho, Jaime Lerner e sua equipe participaram da 1ª Reunião do Conse-

A nova Região Metropolitana do Rio tem muitos desafios. Sua renda média mensal é de R\$ 987 e apenas 52% da população tem acesso à rede de esgoto

lho Consultivo do Plano Estratégico, com representantes de diversos setores da sociedade. Na ocasião, apresentaram, em evento no Palácio Guanabara, o diagnóstico e a definição da estratégia de desenvolvimento.

A nova região metropolitana, que passou a englobar Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu, tem muitos desafios. Sua renda média mensal é de R\$ 987 (de acordo com o IBGE) e apenas 52% da população tem acesso à rede de esgoto. Segundo dados do Pnud/ONU, 39% dos adultos que moram nessas cidades têm ensino médio completo.

“Precisamos reverter os vícios de um crescimento desordenado da região metropolitana. Hoje, temos uma concentração excessiva de opções de empregos e serviços que poderiam ser mais bem distribuídos. Precisamos também diminuir o tempo e os custos dos deslocamentos de casa-trabalho e de casa-escola. Atualmente, 30% das viagens em transportes coletivos feitas na Região Metropolitana do Rio têm por motivo a educação. Outro ponto é a oferta dos equipamentos de saúde. Hoje, 85% deles estão concentrados na capital. As pessoas precisam ter mais opções de trabalho, escola e hospitais mais perto de casa. Nessas discussões, é importante que a sociedade opine, que contribua com sua visão de futuro sobre a metrópole. E é preciso ficar claro que este é um projeto de estado e não de um governo”, afirma Loureiro.

A gestão de uma nova metrópole prevê responsabilidades compartilhadas entre os municípios e uma visão integrada para a solução de problemas de interesse comum, que vão de mobilidade e transporte a regras para uso e ocupação do solo, saneamento básico, comunicação digital e resiliência – ou seja, capacidade de reagir às intempéries climáticas.

Veja entrevista com Jaime Lerner na próxima página. 

Foto: Armando Paiva



Oficina no Palácio Guanabara para apresentação de sugestões ao novo plano de desenvolvimento da metrópole